

LUSITANISTAS E FRANCÓFONOS: A “RAZÃO CONTRADITÓRIA”

Álvaro Manuel Machado
Universidade Nova de Lisboa

Permita-se-me, desde já, uma confissão (que a idade vai justificando...): a França, no seu todo de história, cultura e língua, é, porventura cada vez mais, o meu país de eleição – e digo-o (numa paráfrase camiliana) com coração, cabeça... e até estômago... Permita-se-me ainda acrescentar, em termos pessoais de carácter autobiográfico (embora, pelo menos por enquanto, não tenha a intenção, ou melhor, a pretensão de escrever as minhas memórias...): dei muito de mim à França e a França deu-me muito, mesmo quando, ao longo de dez longos anos de exílio parisiense, alguns choques culturais marcaram um quotidiano difícil, em vários sentidos, com alguns sobressaltos de amor-ódio.

Mas, como é óbvio, não estou aqui para falar de mim, embora o meu testemunho pessoal venha a propósito, como preâmbulo, justamente da “razão contraditória”... Ultrapassando agora o (vagamente) confessional e entrando no *vif du sujet*, talvez convenha, antes de mais, explicar a ideia de “razão contraditória” que norteia esta minha breve comunicação. Refiro-me ao livro de Jean-Jacques Wunenburger intitulado precisamente *La raison contradictoire – Sciences et philosophies modernes: la pensée du complexe*, datado de 1990 e publicado em Portugal pelo prestigiado Instituto Piaget, com o apoio do Ministério da Cultura francês. Professor de Filosofia na Universidade de Borgonha, director do Centro de Investigação sobre a Imagem, o Símbolo e o Mito, Wunenburger é especialista na área das relações entre razão e imaginário.

Ora, para lá mesmo do domínio geral da análise comparativista (ou comparatista, se preferirem), a que me consagro desde há mais de trinta anos e, no seu interior, do domínio específico da imagologia, tenho constatado que, se há relações entre dois países que, ao longo de séculos, relevam da “razão contraditória” são, precisamente, as relações entre Portugal e França. Sobretudo as do campo literário, com incidência particular na chamada “estética da recepção”, de fundamento imagológico, e dos seus reflexos na pesquisa universitária.

Mas vejamos primeiramente como define Wunenburger essa “razão contraditória”. Sem entrar em longas especulações de carácter propriamente filosófico, diria que Wunenburger analisa (e, de certo modo, defende) princípios de antagonismo e lógicas da contradição e do paradoxo, evidentes para lá do pensamento racional instituído. Princípios da complexidade humana em geral e das relações sócio-culturais entre os povos em particular, assim definidos:

É certo que o real se deixa domar e reconhecer pela representação mas, quaisquer que sejam a acuidade e a penetração da sua apreensão, o pensamento esbarra sempre num excedente, num resto, que o confunde. (...) Sempre que a razão crê ter apreendido, nas malhas dos seus nomes e dos seus conceitos, as pepitas de ouro disseminadas no fluxo incessante das coisas, nada mais retém que grãos de areia que se escoam entre as suas mãos (Wunenburger, 1995: 11).

Assim, poderíamos dizer que as várias fases e as múltiplas formas daquilo a que Eça de Queirós chamou de “francesismo” na cultura portuguesa em geral (e não apenas na literatura, note-se), têm muito de “razão contraditória”. Ou seja: francofilia e francofobia coabitam frequentemente no mesmo escritor ou no mesmo agente cultural português (incluindo, como é óbvio, o universitário), enquanto que o lusitanista francês mistura, por vezes, cultura portuguesa com cultura espanhola, privilegiando esta. E tal situação sempre teve muito a ver com aquilo a que Eduardo Lourenço chamou de “comunicação assimétrica”.

A propósito, nunca será demais, acho eu, citar Eduardo Lourenço, mestre entre todos (e entre todos talvez o mais “afrancesado” *malgré lui*...) do pensamento português nosso contemporâneo. Nunca será demais, sobretudo, quanto à sempre problemática relação de Portugal com a Europa em geral e com a França em particular, ao longo de séculos.

Eduardo Lourenço, num dos luminosos ensaios de *Nós e a Europa ou as duas razões*, intitulado “Portugal-França ou a comunicação assimétrica”, começa por reconhecer o “carácter *transnacional* que desde a origem foi o da Universidade de Paris, o primeiro *forum* da “intelligentsia” europeia. (...) As hegemonias futuras – do século XVII ao XX – são avatares dessa única forma cultural *aberta*, aquela que sempre converteu a cultura francesa em cultura de mediação por excelência” (Lourenço, 1988: 130).

Todavia, se é verdade que essa função de mediadora por excelência, no contexto histórico-cultural europeu, coube desde sempre à França

(e, entre nós, tantos intelectuais o afirmaram persistentemente, sobretudo, no século XIX, Teófilo Braga e o “iberista” Oliveira Martins), também é verdade que as culturas, como afirma Eduardo Lourenço, “não são realidades angélicas que se comunicam deixando incólumes os sujeitos delas”, são antes “anjos guerreiros que combatem sem dúvida com meios de luz mas, sabendo-o ou não, veiculando a vontade de poderio” (Lourenço, 1988: 128).

Ora, é justamente essa “vontade de poderio” que (contraditoriamente, note-se, porque a acompanha um fatal fascínio...) é contestada, em termos quase neuróticos de amor-ódio, por aqueles que, ao longo de séculos e muito especialmente no século XIX, foram “contaminados” pelo “francesismo”.

Mas, de facto, o que foi, como surgiu e se expandiu essa “doença” chamada “francesismo”? Qual o seu rasto (se é que existe) nos nossos dias? Lembrarei, se me permitem, alguns tópicos do que escrevi num ensaio publicado há exactamente vinte anos e intitulado *O “francesismo” na literatura portuguesa*.

O primeiro aspecto fundamental, que tem a ver com a caracterização específica da história da cultura em Portugal, é a distinção que deverá sempre ser feita entre “francesismo” e influência francesa. Esta, evidentemente, atravessa toda a nossa literatura e, em geral, toda a nossa cultura, embora seja predominante em períodos específicos. Pelo contrário, o “francesismo”, com tudo o que tem quer de positivo quer de negativo, é uma *imagem* da França, no sentido comparativista do termo. Uma imagem que começa a formar-se com maior nitidez no período simultaneamente neoclássico e pré-romântico, ou seja, em meados do século XVIII, a nível sobretudo da história das ideias do Iluminismo (ideias políticas, sociais, religiosas), imagem que se desenvolve muito particularmente no confuso período do hesitante início do nosso romantismo, em princípios do século XIX, atingindo o seu ponto culminante de fixação mítica (e de “razão contraditória”...) com a chamada Geração de 70.

Dir-se-ia, por consequência, que o “francesismo” surgiu com nitidez e se desenvolveu durante os vários períodos do romantismo em Portugal, ao longo de três gerações, tomando paradoxalmente a forma de procura da identidade nacional. Ou antes: tornou-se uma “fatalidade” cultural para, já desde a Restauração de 1640 mas sobretudo desde a formação do nacionalismo romântico liberal fundamentado no Iluminismo francês, nos afirmarmos diferentes dos espanhóis.

Assim, a imagem da França, com tudo o que ela implicou de lenta fixação mítica de uma influência cultural, permitiu-nos a libertação da imagem ibérica com que a Europa, incluindo a própria França, sempre nos rotulou, assimilando-nos à Espanha, confundindo-nos linguisticamente e geograficamente com ela. Note-se que este iberismo sempre nos criou e, aliás, ainda hoje, em plena União Europeia, nos cria um complexo de provincianismo, fazendo-nos sentir uma província, ou melhor, um apêndice de Espanha. É a velha questão, como diz Eduardo Lourenço, do “complexo – e acomplexado – tema da nossa *identidade*, ao mesmo tempo insofismável como dado da natureza e da história e precária em termos de existência como cultura” (Lourenço, 1988: 133).

Para lá dessa recusa do iberismo, temos de considerar o facto de que essa imagem da França cristalizada no “francesismo” se formou e desenvolveu porque, sobretudo com o século XIX, a França se tornou, em geral, centro cosmopolita por excelência, núcleo da cultura e da civilização europeias e, portanto, o contrário do provincianismo.

Todavia, adorar a França porque se é (ou pretende ser) anti-provinciano implica um monstruoso paradoxo pois, como reconhece o próprio Eça, Portugal torna-se um país “traduzido do francês em calão”, ou seja, um país que imita *provincianamente* a França. Daí que, mais tarde, o anglomaniaco Fernando Pessoa, num texto datado de 1928 e intitulado “O provincianismo português”, se insurja contra a imagem mítica da França, mais exactamente, contra o mito de Paris, que devoraria Mário de Sá-Carneiro, acusando de provincianismo todos os que admiram “os grandes meios” e dizendo, de maneira ignobilmente injusta, que “o exemplo mais flagrante do provincianismo português é Eça de Queirós (...), um jornalista, embora brilhante, de província” (Pessoa, 1980: 157-61).

Em suma: o “francesismo” português tornou-se reflexo das mais fundas contradições da nossa cultura. Diria até que, mais do que qualquer outro fenómeno da história cultural portuguesa, ele desencadeou essa tal “razão contraditória” no interior do próprio discurso daqueles que, apesar de “afrancesados”, o vêem à lupa, com lúcido olhar crítico. Basta, para isso, atentar no conhecido texto de Eça, “O francesismo”, datado provavelmente de 1890, que satiriza, como se sabe, o “fatalismo” da educação afrancesada em Portugal desde, pelo menos, inícios do século XIX, caricaturando o espírito de moda parisiense, inclusive a nível literário.

No entanto, por outro lado, lembremos que é o próprio Eça, no longo texto de introdução à *Correspondência de Fradique Mendes*, datado mais ou

menos da mesma altura (1888), que, paradoxalmente, exalta assim Paris e a cultura francesa, opondo-as a Chicago e à cultura norte-americana:

Porque forma, pois, Paris um foco crepitante de civilização que irresistivelmente fascina a humanidade – e porque tem Chicago apenas sobre a Terra o valor de um rude e formidável celeiro onde se procura a farinha e o grão? Porque Paris, além dos palácios, das instituições e das riquezas de que Chicago também justamente se gloria, possui a mais um grupo especial de homens – Renan, Pasteur, Taine, Berthelot, Copée, Bonnat, Falguière, Gounod, Massenet – que pela incessante produção do seu cérebro convertem a banal cidade que habitam num centro de soberano ensino. Se as “Origens do Cristianismo”, o “Fausto”, as telas de Bonnat, os mármores de Falguière nos viessem de além dos mares, da nova e monumental Chicago – para Chicago, e não para Paris, se voltariam, como as plantas para o Sol, os espíritos e os corações da terra.

(...) uma nação, portanto, só tem superioridade porque tem pensamento (...) (Queirós, s.d.: 113-4).

Esta última frase de Eça não será o rasto mais relevante do “francesismo” ainda nos nossos dias, prolongando, pelo menos para alguns intelectuais portugueses, o mito da cultura francesa como paradigma da cultura europeia oposta, inclusivamente, à cultura norte-americana?

Mas já é tempo, seguindo o fio da meada dessa teoria da “razão contraditória” aplicada à formação e expansão do “francesismo” em Portugal, de passarmos para reflexões específicas sobre alguns (poucos) medianeiros contemporâneos da cultura francesa em Portugal e da cultura portuguesa em França, sobretudo a nível universitário. Sem pretensões de fazer um balanço geral ou de estabelecer uma espécie de lista dos mais ilustres, diria, numa visão de conjunto muito sintética, que nos últimos, digamos, cinco ou dez anos, tem diminuído o interesse em Portugal pela literatura francesa, da mesma maneira que tem esmorecido a investigação especializada sobre a literatura portuguesa em França. De certo modo, parecem já longínquos os anos em que, numa universidade como a Sorbonne-Paris IV (onde eu próprio ensinei, bem como em Paris III), Paul Teyssier iluminava com olhar atento e entusiástico um Gil Vicente ou um Eça. Eminentemente lusitanista, Teyssier passou, aliás, do ensino para a tradução, consagrando-se desde cedo e com sucesso à difícil tradução de *Os Maias*, publicada em França em 1956, com reedições revistas em 1971 e 1982.

Ainda do lado francês, é de elementar justiça, para além de “clássicos” como Georges le Gentil, Marcel Bataillon, Roger Bismut ou Armand Guibert (e entrando agora no domínio específico da Literatura Comparada), referir dois nomes de duas gerações que foram decisivos (e o segundo continua a sê-lo) para ultrapassar a “comunicação assimétrica”: René Étiemble e Daniel-Henri Pageaux.

Étiemble, insaciável leitor de tudo o que lhe era estranho e por isso mesmo o atraía, foi, como se sabe, um dos primeiros comparativistas franceses, com a publicação de *Comparaison n'est pas raison* (1963), a criticar o “eurocentrismo” e a exaltar aquilo a que ele chamava de “comparatisme planétaire”, fundamentado num sólido (e, por vezes, ingénuo) humanismo. Étiemble foi também, não nos esqueçamos, um pioneiro da descoberta no meio universitário, para lá do próprio lusitanismo especializado, da literatura portuguesa. Nesse sentido, foi, à sua maneira, um lusitanista, procurando arrancar Portugal da periferia cultural da Europa, principalmente com estudos, tornado antológicos em França, sobre Fernando Pessoa.

Quanto a Daniel-Henri Pageaux, ousaria dizer que é um lusitanista verdadeiramente exemplar. Não, note-se, porque se tenha consagrado (como outros lusitanistas ilustres, mais convencionais) a cultivar exemplarmente o quintal de um lusitanismo erudito fechado, próprio de um especialista *étriqué*. Bem pelo contrário, vindo dos amplos horizontes dos estudos hispanistas e, mais propriamente, do estudo das imagens de Espanha na França do Século das Luzes, Daniel-Henri Pageaux soube sempre diversificar a sua visão comparativista em termos teóricos tão essenciais como abrangentes e virou-se, com múltipla curiosidade amorosa, para a literatura e, em geral, para a cultura portuguesas, graças, em grande parte, a um francófono notável, então sub-director do Centro Cultural Português da Fundação Gulbenkian em Paris e ex-leitor da Sorbonne: António Coimbra Martins. Assim, desde finais dos anos 60, estudando obras e autores que vão de Camões a Eça e deste a Miguel Torga ou David Mourão-Ferreira, Daniel-Henri Pageaux tem analisado com subtilidade vários tipos de recepção literária mútua, imagens diversas que se formam e se desvanecem nas relações culturais luso-francesas. Destaco, muito especialmente, um ensaio fundamental: *Imagens de Portugal na cultura francesa*, publicado na preciosa (e infelizmente desaparecida) colecção Biblioteca Breve do ex-Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, em 1983. A abordagem imagológica é aqui aplicada a um caso específico, aprofundando justamente muito daquilo que se poderá considerar a “razão

contraditória”, para lá de uma aparente objectividade, como explicita claramente na Introdução:

A imagem, isolada, explicada, interpela, interroga, faz pressão sobre o investigador para que ele penetre fundo em si mesmo, para que ele analise as suas próprias formas de representação, as suas preferências, os seus entusiasmos, os seus silêncios. Assim, não é a objectividade que pretendemos atingir aqui, mas sim uma verdadeira análise autocrítica: diz-me como vês o Outro, dir-te-ei quem tu és... (Pageaux, 1983: 14-5)

Passando para o lado dos francófonos (e além dos já referidos de passagem), impõe-se, antes de mais, a missão de mediador e de investigador erudito, mas também de teórico criativo, de José-Augusto França. Sobretudo, claro, com a sua tese de doutoramento de Estado *O Romantismo em Portugal. Estudos de factos socioculturais* (Paris, 1975). O que continua a surpreender-nos nesta obra de pesquisa verdadeiramente monumental é a visão simultaneamente vasta e minuciosa das relações entre Portugal e França a nível da história das ideias, a partir de uma investigação daquilo a que chama “curva sinusoidal do romantismo português”, curva “primeiramente ascendente, para acabar numa queda lenta que durou imenso tempo” (França, 1975-1977: 1355), efectuando um percurso simultaneamente diacrónico e sincrónico.

De missão, autenticamente pedagógica, se poderá falar quanto a tantos estudos sobre as relações luso-francesas de Jacinto do Prado Coelho, de David Mourão-Ferreira e de Ofélia Paiva Monteiro, esta última abrindo perspectivas verdadeiramente inovadoras e de extrema subtilidade sobre fontes e influências desde a sua fascinante tese de doutoramento *A formação de Almeida Garrett. Experiência e criação* (1971).

Por último (*last but not least* – seja-me permitido o anglicismo...), destaco António Ferreira de Brito, que desde a sua tese de doutoramento, apresentada na Universidade de Estrasburgo, defendida em 1981 e publicada em 1983, com o título *Le réel et l'irréel dans la dramaturgie de Beckett, Ionesco et Tardieu*, tem sido um verdadeiro cavaleiro andante da francofonia em Portugal. Também nos trabalhos de António Ferreira de Brito se pode detectar a interferência da metodologia comparativista, não só em estudos sobre a Revolução Francesa ou sobre Victor Hugo, mas principalmente, quanto a mim, no ensaio *Voltaire na cultura portuguesa. Os tempos e os modos*, publicado em 1991. Aqui, sobretudo, é importante

notar o relevo dado à pesquisa imagológica, centrada na análise da oscilação paradoxal entre voltairofilia e voltairofobia em Portugal:

(...) o diálogo, por vezes azedo, entre a Voltairofilia e a Voltairofobia, com um número de detractores mais elevado do que os seus admiradores, foi essencial para o desenvolvimento do processo histórico e cultural do Absolutismo ao Liberalismo, do Racionalismo ao Romantismo, do Positivismo naturalista ao Republicano definitivamente triunfante (Brito, 1991: 185).

Que concluir? Em última análise, todas as conclusões se tornam tão hipotéticas como hipotéticos são o ensino e difusão da língua e da cultura francesas em Portugal actualmente nas nossas universidades. Isto porque, temos de reconhecê-lo, o ensino não só da língua mas também da cultura e talvez sobretudo da literatura francesas nas universidades portuguesas tem diminuído dramaticamente nos últimos anos. Essa imagem tutelar da França que, para lá da sua ambivalência (e, portanto, para lá da própria “razão contraditória”) atravessou pelo menos dois séculos, o XIX e o XX (este, em especial, até aos anos 60-70), não existe mais.

No entanto, talvez porque a “razão contraditória” acabou por ser assimilada plenamente, poderá dar-se um fenómeno de renovação do fascínio pela França. O que leva também à ideia de que francófonos e lusitanistas poderão talvez ultrapassar a tal “comunicação assimétrica” de que falava Eduardo Lourenço. E isto, provavelmente, pela razão simples (e até, por vezes, um tanto primária...) de que ambos, francófonos e lusitanistas, têm (digamos, extrapolando) um “inimigo” comum: o americanismo. Ou antes: a invasão linguística e cultural anglo-saxónica.

Assim, a recuperação da língua, da cultura e da literatura francesas em Portugal (e, genericamente falando, no mundo) terá a ver sobretudo, creio, com a recuperação de uma visão profundamente humanística das línguas, na melhor tradição europeia. Só desse modo será evitado o imperialismo tecnocrático de um inglês que já nada tem a ver com Shakespeare... mas sim com a grotesca americanização do mundo. Como diz Steiner em *Presenças reais* (citando aqui a edição francesa, com prefácio próprio, datado de 1990), a propósito do significado cultural dessa “americanização”:

L'époque qui compte, pour les Américains, c'est toujours l'époque contemporaine. L'importance du passé est directement pro-

portionnelle à son utilité pour le présent. (...) La transcendance elle-même est rendue pragmatique. Demain se définit comme la réalisation empirique des rêves matériels. Aucune autre culture n'a accordé une telle dignité à l'immanent. (...) Le Parnasse, le Panthéon de la gloire officielle, qui font partie intégrante des humanités en Europe, sont suspects au sentiment américain. Le génie américain irait jusqu'à démocratiser l'éternité (Steiner, 1990: 54).

Penso que a luta contra essa “americanização”, mais do que nunca imperialista, é uma missão cultural urgente, de que se podem encarregar paralelamente os francófonos portugueses e os lusitanistas franceses, nas universidades e não só, para lá de toda a forma de “francesismo” e através da própria “razão contraditória”.

Referências bibliográficas

- BRITO, Ferreira de (1991), *Voltaire na cultura portuguesa. Os tempos e os modos*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto.
- FRANÇA, José-Augusto (1975-1977), *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, ed. ilustrada, vol. III.
- LOURENÇO, Eduardo (1988), “Portugal-França ou a comunicação assimétrica”, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PAGEAUX, Daniel-Henri (1983), *Imagens de Portugal na cultura francesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- PESSOA, Fernando (1980), *Textos de Crítica e de Intervenção*, Lisboa, Ed. Ática.
- QUEIRÓS, Eça de (s.d.), *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil.
- STEINER, George (1990), *Réelles présences. Les arts du sens*, Paris, Gallimard.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques (1995), *A Razão Contraditória – Ciências e Filosofias modernas: o pensamento do complexo*, Lisboa, Instituto Piaget.